

1. TÍTULO

CIÊNCIA E ACESSO DEMOCRÁTICO À ÁGUA

Alexandre Kepler Soares (UnB), Suzana Maria Gico Lima Montenegro (UFPE), Talita Fernanda das Graças Silva (UFMG) e Cristovão Vicente Scapulatempo Fernandes (UFPR)

2. RESUMO CONCEITUAL

No Brasil a gestão de recursos hídricos está regulamentada pela Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Lei Nº 9.433/97. Destaca-se um dos seus objetivos o de assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. Outro fator que merece destaque na PNRH é o fato de a mesma ter como um de seus fundamentos a gestão dos recursos hídricos descentralizada, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e da Sociedade. Existem três mecanismos pelos quais se espera que a participação pública melhore a gestão de recursos hídricos numa Bacia Hidrográfica: *(i)* espaço para deliberação e construção de um consenso para tomada de decisões de melhor qualidade; *(ii)* mobilização e desenvolvimento de capital humano e social; *(iii)* aumento da legitimidade das decisões para facilitar a implementação das decisões tomadas. Dessa forma, além do desafio técnico por trás de cada instrumento de gestão instituído pela PNRH, há também o desafio de envolver de forma legítima todos os atores previstos na gestão descentralizada.

Nesse contexto, além de se aprofundar nos aspectos técnicos, faz-se necessário compreender os atores estratégicos, de forma que as informações transmitidas sejam claras e eles consigam compreender as decisões que são tomadas e qual seus papéis no contexto da gestão descentralizada e dos objetivos da PNRH.

No que se refere aos aspectos políticos e o envolvimento de atores estratégicos, cabe trazer o conceito de governança. A governança das águas é definida como sendo um sistema político, social, econômico e administrativo montado para diretamente ou indiretamente influenciar os usos, o desenvolvimento e a gestão integrada de recursos hídricos, bem como garantir a oferta de serviços e produtos diretamente ligados aos recursos para a sociedade.

Dessa forma, pode-se dizer que a governança da água num país em que a Política Nacional de Recursos Hídricos instituiu a gestão descentralizada precisa ser realizada em todos os aspectos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Sendo assim,

compreender cada um dos atores que formam o SINGREH, as formas como eles se comunicam e interagem pode ser um dos passos para compreender a baixa implementação do instrumento do enquadramento no Brasil.

Uma abordagem que pode ser útil nesse processo de envolvimento da sociedade de forma mais assertiva é a socio-hidrologia, essa nova ciência busca compreender a dinâmica e coevolução da água e da sociedade como um sistema acoplado. Ainda de acordo com os autores, na socio-hidrologia, o ser humano e suas ações são considerados parte integrante da dinâmica do ciclo da água e o objetivo é prever a dinâmica de ambos. Como escolher indicadores eficazes para as interações do processo entre humanos e hidrologia e como detectar e modelar de forma confiável tais *feedbacks* ainda são questões de pesquisa em aberto. No Brasil, a socio-hidrologia ainda é incipiente, denotando-se a necessidade de fomentar essa discussão. Diante do exposto, estudar de forma integrada e aprofundada os conceitos de cenários, governança e socio-hidrologia no contexto do enquadramento e seus atores estratégicos constitui-se uma nova abordagem para o problema da baixa efetivação do enquadramento no Brasil.

Discutir e refletir sobre o papel da Ciência e da Técnica para aprimoramento de capacidade adaptativa em condições críticas e garantir amadurecimento de governança legal e institucional respeitando a gestão de conflitos pelo acesso à água, a participação da Sociedade com visão estratégica são vitais. Neste contexto: (i) Papel da ABRHidro como ponte entre a Sociedade e Academia; (ii) Gestão Participativa e a visão do órgão gestor de Recursos Hídricos; (iii) Ciência para a Água e Democracia.

Esta mesa redonda tem como objetivo discutir e refletir sobre o papel da Ciência e da Técnica para aprimoramento de capacidade adaptativa em condições críticas e garantir amadurecimento de governança legal e institucional respeitando a gestão de conflitos pelo acesso à água, entre usos múltiplos e regiões, fundamentada na negociação política com base técnica e científica; e implementação e aprimoramento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos previstos na Lei 9.433/1997, conhecida como Lei das Águas, de forma a garantir: construção de pactos de longo prazo e de visão estratégica dos problemas, ferramentas de alocação de água no longo prazo, eficiência econômica e rede observacional e de modelos para suporte à tomada de decisão, no contexto dos riscos climáticos em áreas urbanas e desafios para infraestrutura de pesquisa em todas as áreas.

Nesse sentido, a Academia desempenha um papel estratégico por sua atuação na produção, sistematização, transmissão, difusão e conservação do conhecimento nas diversas áreas da Ciência, ao mesmo tempo em que exerce papel fundamental na formação de recursos humanos qualificados. É importante considerar que o que justifica e dá legitimidade às atividades de pesquisa e ensino desenvolvidas no âmbito do universo acadêmico é a atuação pautada pelo objetivo de se contribuir para a evolução da sociedade. Nas temáticas afeitas aos recursos hídricos, como gestão dos recursos hídricos, hidrologia, desastres relacionados à

água, etc, é crescente no meio acadêmico o número de iniciativas que buscam democratizar o acesso ao conhecimento científico, bem como envolver a sociedade na construção desse conhecimento. Destaca-se novas abordagens metodológicas baseadas em ciência cidadã em que a participação e engajamento de pessoas de uma dada comunidade externa à Academia é incluída em uma ou mais fases de uma pesquisa científica, por exemplo, na coleta, processamento, interpretação e/ou análise de dados. Entre os benefícios alcançados por essas iniciativas incluem-se a maior disponibilidade de dados, melhor divulgação científica e a conscientização e empoderamento dos cidadãos.

Além da Academia, cabe destacar a atuação de associações profissionais, como a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, para a geração de informações de apoio à tomada de decisão para a solução de questões setoriais e intersetoriais e contribuir para o aperfeiçoamento da política nacional de Gestão das Águas, por intermédio da participação em diversas instâncias de decisão. Com o objetivo de congrega pessoas físicas e jurídicas, a associação se dedica ao avanço da gestão dos Recursos Hídricos, da pesquisa científica e do apoio ao ensino técnico e universitário como indutores da integração ciência-sociedade-governo.

3. PALAVRAS-CHAVE

Recursos Hídricos, Capacidade Adaptativa, Gestão, Participação, Descentralização